

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL – BACHARELADO**

**UM SONHO POSSÍVEL: TRABALHANDO COM
FAMÍLIAS NA BUSCA DE MICRORREVOLUÇÕES NA
PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Tássia da Rocha Walau

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

UM SONHO POSSÍVEL: TRABALHANDO COM FAMÍLIAS NA BUSCA DE MICRORREVOLUÇÕES NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Tássia da Rocha Walau

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Serviço Social**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cristina Kologeski Fraga

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Serviço Social – Bacharelado**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de
Conclusão de Curso**

**UM SONHO POSSÍVEL: TRABALHANDO COM FAMÍLIAS NA
BUSCA DE MICRORREVOLUÇÕES NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO
SOCIAL**

elaborado por
Tássia da Rocha Walau

como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social

Prof^ª. Dr^ª. Cristina Kologeski Fraga – UFSM
Presidente/ Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Sheila Kocourek – UFSM

Santa Maria, 03 de dezembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, pela paciência, compreensão e apoio, diante da minha decisão de fazer outra faculdade, amo vocês!

À minha avó, Lucinha, que apesar de ainda querer que eu curse ou veterinária ou fisioterapia (risos!) sempre me apoiou e se manteve do meu lado. Te amo, vó!

À Professora Sheila Kocourek, por me apresentar o Serviço Social, pelo apoio e carinho de sempre. Obrigada por todas as oportunidades, Professora Sheila!

À Professora Cristina Kologeski Fraga, pelas orientações, conversas, ensinamentos, paciência e empenho dedicado à elaboração deste trabalho. Pela amizade construída e carinho que sempre teve comigo.

À assistente social Camila Muller Agostta, minha supervisora de campo, muito obrigada pela oportunidade, ensinamentos, risadas, chimarrões, amizade e carinho. É um exemplo de profissional.

Ao Centro Social Marista Santa Marta e à Escola Marista Santa Marta, pela oportunidade de estar/ conhecer uma realidade tão diferente e tão rica.

Aos demais professores do Curso de Serviço Social da UFSM, pelos ensinamentos transmitidos. Em especial ao Professor Jairo Oliveira, que correu muito para resolver algumas questões burocráticas para que pudesse me formar.

Aos meus colegas de orientação acadêmica: Marília Scherer, Maria Marinho, Daniele Favarini, Eder Becker, por dividirem as angústias desse momento tão ímpar, que é o processo de estágio e o TCC.

Às colegas Paula Ronsani e Letícia Costa por me receberem tão bem, quando eu ainda nem estava no curso.

Às colegas Cibele Kerch e Ediane Moura pelas caronas. Foi muito importante meninas!

Às colegas Paula Ronsani, Raquel Celso, Ediane Moura, Priscilla La Flor, Nathália Grams, Graciele Matos pelos trabalhos em grupo, pelas risadas, conversas, vocês são incríveis.

Aos demais colegas da 2ª Turma de Serviço Social da UFSM, muito obrigada, aprendi muito com todos, vocês são demais!

Aos assistentes administrativos, Vagner e Tiago, pelo apoio e dedicação de sempre nas atividades administrativas.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta caminhada, muito obrigada!
À todos minha gratidão!

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

RESUMO

**Trabalho de Conclusão de Curso
Curso de Serviço Social – Bacharelado
Universidade Federal de Santa Maria**

UM SONHO POSSÍVEL: TRABALHANDO COM FAMÍLIAS NA BUSCA DE MICRORREVOLUÇÕES NA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

**AUTORA: TÁSSIA DA ROCHA WALAU
ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. CRISTINA KOLOGESKI FRAGA
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 03 de dezembro de 2015.**

A proposta deste trabalho de conclusão de Curso em Serviço Social surge a partir das inquietações provenientes do período de estágio no Centro Social Marista Santa Marta. Este trabalho configura-se em um resgate das políticas sociais voltadas à família, assim como a matricialidade familiar, ou seja, a formulação dessas políticas são baseadas nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. Traz também uma breve contextualização sobre as transformações ocorridas com as famílias e o modo como os assistentes sociais vêm trabalhando com as mesmas. Apresenta uma nova proposta de intervenção junto ao trabalho social com famílias que é o empreendedorismo social. Dito isto, tem-se o processo de trabalho do assistente social tanto de forma geral como a forma utilizada no Centro Social. Por fim, apresenta um relato do projeto de intervenção Dia da Família no Centro Social Marista Santa Marta realizado junto às famílias dos educandos do Projeto Educando para a Cidadania do Centro Social. As considerações finais sugerem que o exercício profissional do assistente social deve estar em constante renovação e aperfeiçoamento.

Palavras-chaves: Família. Políticas sociais. Trabalho social. Empreendedorismo social.

ABSTRACT

**Final Graduation Work
Curso de Serviço Social – Bacharelado
Universidade Federal de Santa Maria**

A POSSIBLE DREAM: WORKING WITH FAMILIES TO SEARCH FOR MICROEVOLUTIONS REGARDING THE SOCIAL SERVICE PERSPECTIVE

**AUTHOR: TÁSSIA DA ROCHA WALAU
ADVISOR: PROF^a. DR^a. CRISTINA KOLOGESKI FRAGA
Date and Place of Defense: Santa Maria, 3rd December, 2015.**

The idea concerning this final graduation work emerged from the worries originated during the training period carried out at Centro Social Marista Santa Marta. This work is a rescue of the social policies directed to the family, as well as the family matrix, because the elaboration of such policies is based on the families' needs, their members and subjects. This work also brings a brief contextualization about the changes that happened with these families and the way the social assistants have been working with them. Besides, it presents the social entrepreneurship, which is a new intervention proposal to the social work with the families. Considering what was mentioned before, the work process of the social assistant is shown in a general way together with the adopted practice at the Social Center. Moreover, this work presents a report concerning the intervention project named "Dia da Família no Centro Social Marista Santa Marta" carried out with the families of the students from "Projeto Educando para a Cidadania". The final considerations suggest that the social assistant professional practice should be in constant updating and improvement.

Keywords: Family. Social policies. Social work. Social entrepreneurship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA	12
1.1. Políticas sociais voltadas à família.....	12
1.2. A transformação das famílias	15
1.3. O trabalho social com famílias	20
1.4. Empreendedorismo social e Serviço Social	24
2. ENSAIO PROFISSIONAL NO CENTRO SOCIAL MARISTA SANTA MARTA	28
2.1. Processo de trabalho do Serviço Social.....	28
2.2. Serviço Social no Centro Social Marista.....	32
2.3. Centro Social Marista Santa Marta	35
3. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CENTRO SOCIAL MARISTA SANTA MARTA	39
3.1. O processo do estágio no Centro Social Marista Santa Marta	39
3.2. Dia da Família no Centro Social Marista Santa Marta	42
3.3. Produto e avaliação propositiva do processo de trabalho no estágio: limites e possibilidades	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) surge a partir da experiência teórico-prática em Serviço Social através do estágio curricular obrigatório no Centro Social Marista Santa Marta. Para contextualizar o processo da escolha do campo de estágio, assim como o tema do TCC, apresenta-se, inicialmente, um pequeno resgate da minha trajetória acadêmica.

No ano de 2008, ingressei no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Pode parecer messiânico, mas sempre tive em mim uma vontade, um sonho de mudar o mundo e sempre acreditei que isso seria possível. E uma maneira que encontrei de alcançar meu objetivo foi ingressando no curso de Ciências Sociais.

Minha visão de homem e de mundo mudou muito a partir da minha formação em Ciências Sociais, passei a enxergar coisas que antes eu não via. Coisas que para mim eram comuns e normais na sociedade em que vivemos. Eu aceitava as coisas dadas sem questionar.

A partir da minha mudança enquanto pessoa acreditei ser possível sim, mudar o mundo. Porém no decorrer da graduação, fui percebendo que toda aquela teoria, todas aquelas discussões, mostravam-se “insuficientes” diante do meu “sonho”. Eu queria ir além das discussões de sala de aula.

Então, a partir do meu tema de TCC em ciências sociais – adolescentes me conflito com a lei – conheci o Serviço Social através de uma professora assistente social, recém-chegada ao novo curso de Serviço Social da UFSM. Essa professora me orientou em meu trabalho e eu pude ter uma maior proximidade com o Serviço Social

Depois de formada em Ciências Sociais, em janeiro de 2012, tentei reingresso para o Serviço Social e só consegui em minha terceira tentativa. Ingressando no curso em março de 2013.

Antes, porém, ainda em 2012, conheci o empreendedorismo social, através dos Guerreiros sem Armas, “que é um programa internacional de formação vivencial de jovens em liderança e empreendedorismo social, que são treinados em tecnologias para transformação de realidade em qualquer lugar do mundo”¹ e encantada com a história e o objetivo do trabalho deles, passei a acreditar ainda mais que sim, é possível mudar o mundo.

¹ <http://institutoelos.org/gsa/>

Mas ao mesmo tempo, fui percebendo que mudar o mundo é um sonho bem utópico para não dizer impossível para uma mera sonhadora, tão pequena diante de um mundo cheio de contradições e conflitos. Enfim, através dos Guerreiros sem Armas, passei a acreditar em pequenas mudanças que mudam o mundo, que todas essas pequenas mudanças juntas, provocam uma “microrrevolução” ou o que Marx chamaria de “pequenas convulsões revolucionárias”.

Esse resgate da minha trajetória acadêmica na UFSM, iniciada em 2008, em Ciências Sociais e em 2013 no Serviço Social me fazem entender que a inserção no Serviço Social não foi por acaso, por isso a opção pela temática trabalho social com famílias como abordagem ao TCC ainda traz resquícios da possibilidade de, no estágio em Serviço Social ter tentado entender o que eram essas “microrrevoluções”. A partir dessas questões creio que fortalecendo as famílias e as deixando cientes de seus direitos, pode-se ter microrrevoluções.

A escolha do tema para o trabalho de conclusão de curso se deu, principalmente por estar em consonância com o projeto de intervenção realizado no estágio em Serviço Social e também por ser uma inquietação minha, enquanto estagiária no Centro Social Marista Santa Marta. Sendo o local de estágio um Centro Social, muito me incomodou o fato de ter o trabalho muito focado em um só projeto, que é o Centro Marista de Inclusão Digital. Um Centro Social representa muito mais e pode ir além de um único projeto. Ainda mais considerando o contexto social do Bairro Nova Santa Marta em Santa Maria, que é uma região marcada por grande vulnerabilidade social.

No decorrer do processo do estágio, foi sendo construída uma proposta de trabalhar com as famílias dos educandos do Centro Social, então surgiu o projeto de intervenção Dia da Família no Centro Social Marista Santa Marta, com o objetivo de fortalecer essas famílias, deixando-as cientes de seus direitos e deveres, contribuindo para as microrrevoluções.

Desenvolver um trabalho social com famílias é de grande importância dentro de uma comunidade marcada pela vulnerabilidade social. Levando em consideração que a família é vista como um eixo fundamental na formação das crianças, percebe-se que este trabalho representa grande importância para o debate de formas de intervir com famílias vulneráveis.

Este TCC está dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo é subdividido em quatro partes. Na primeira parte serão abordadas as políticas sociais direcionadas às famílias, assim como a sua centralidade. O segundo tópico trata do processo de transformação pelo qual as famílias passaram nos últimos anos. A

terceira parte é dedicada ao trabalho social realizado com famílias pelos profissionais do Serviço Social. Ainda nesse capítulo, na última parte, aborda-se, o empreendedorismo social.

O segundo capítulo traz o processo de trabalho do assistente social, a regulamentação da profissão, seus preceitos éticos, assim como as três dimensões da profissão: técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política.

No terceiro capítulo é abordado o processo de estágio, desde a inserção no campo de prática no Centro Social Marista Santa Marta até a execução do projeto de intervenção voltado às famílias. Por fim, nas considerações finais, realizam-se reflexões relativas ao processo de construção profissional como assistente social.

1. SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA

Neste capítulo serão abordadas as políticas sociais de atenção à família, bem como a centralidade sociofamiliar que as mesmas possuem. Assim como, um pouco da evolução histórica dessas políticas. Serão tratadas também as transformações pelas quais as famílias passaram nos últimos anos. E como o trabalho do assistente social frente à essas famílias vem sendo desenvolvido. Para fechar o capítulo, apresenta-se uma nova possível forma de trabalho com famílias e comunidades: o empreendedorismo social.

1.1. Políticas sociais voltadas à família

A Constituição Federal de 1988 tem suas raízes históricas na participação e mobilização da sociedade que, organizada pressionou o Estado para garantir direitos sociais, civis e políticos. Assim, é também conhecida como Constituição Cidadã e fixou a Assistência Social no campo da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência, formando o tripé da Seguridade Social. Sobre a inclusão da Assistência Social como uma política de Seguridade Social, Sposati argumenta que:

A inclusão da Assistência na Seguridade Social foi uma decisão plenamente inovadora. Primeiro, por tratar esse campo como conteúdo da política pública, de responsabilidade estatal, e não como uma nova ação, com atividades e atendimentos eventuais. Segundo, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pela qual a função da família e da sociedade antecedia a do Estado. (...) Terceiro por introduzir um novo campo em que se efetivam os direitos sociais. (SPOSATI, 2009, p.14)

Dessa forma, a assistência social no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, busca apoiar-se em um novo paradigma baseado no direito social, destinada a todos que dela necessitam, sem contribuição prévia, ocorrendo a transição do assistencialismo para a assistência social como direito. Dessa forma, o Estado deve assegurar direitos e propiciar condições para a participação da família no desenvolvimento da sociedade. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 instituiu duas profundas mudanças no que se refere à família:

1. a quebra da chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem e pela mulher; 2. O fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, que os define como “sujeitos de direitos”. (SARTI, 2008, p. 24)

No ano de 1993, é promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que instituiu definitivamente a assistência social como um direito social não contributivo, estabelecendo seus princípios e diretrizes, bem como a proteção social a ser garantida por meio de serviços, benefícios, programas e projetos, havendo detalhamento posterior em três instrumentos: a Política Nacional de Assistência Social, de 1998, e as duas Normas Operacionais Básicas de 1997 e 1998. Importante observar que mesmo com a Constituição Federal de 1988 tendo estabelecido a assistência social como política pública não contributiva, ainda existia a concepção que a tratava como área de assistencialismo e não Assistência Social como direito, operando sob a ótica da negação desse direito, num viés conservador e neoliberal, onde o Estado atuava sob o princípio da subsidiariedade.

Em 2004, é aprovada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004 e a Norma Operacional Básica – NOB/2005, e assim, é instituído o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com significativos avanços para a Política de Assistência. O SUAS foi deliberado na IV Conferência Nacional de Assistência Social, no ano de 2003, ele define e organiza os elementos indispensáveis para a execução das políticas públicas de assistência social e também é uma forma de operacionalizar a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. O modelo de gestão é descentralizado e participativo, ou seja, define competências e responsabilidades entre as três esferas de governo e foi implementado com uma nova organização das ações, definindo níveis de complexidade: Proteção Social Básica² e Proteção Social Especial³.

² Proteção Social Básica A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PNAS, 2004, p. 33)

³ A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou,

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS é consolidada pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social e tem como função a proteção social, a vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais. Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004, p. 31), “proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar”. A compreensão da PNAS é que a responsabilidade maior da assistência social é a proteção social da acolhida, de convívio ou vivência familiar. Com isso identificamos que há uma priorização da responsabilidade à família, pois conforme defendido no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS): “[...] independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida”.

Já no ano de 2012, é aprovada a nova Norma Operacional Básica que vem adensar ainda mais o conteúdo da Política de Assistência, fortalecendo instrumentos de aprimoramento de gestão do SUAS e qualificação dos serviços, sob a ótica do planejamento e monitoramento, avançando na função de vigilância socioassistencial, no aperfeiçoamento da definição das responsabilidades dos entes federados e no controle e participação social.

A assistência social prevê a garantia de direitos sociais rompidos pelas condições de desproteção, de inseguranças sociais que não se limitam ao fator renda, pois se têm dimensões protetivas socioassistenciais relacionadas à acolhida, autonomia, pertencimento, vinculação e convivência familiar, social e comunitária, além daquela referente ao acesso e garantia de direitos.

Logo, a Política Nacional de Assistência Social nos traz como um dos seus princípios estruturadores a matricialidade sociofamiliar, ou seja, a formulação dessa política é baseada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos (PNAS, 2004, p. 41). De acordo com a PNAS, a mesma se construiu a partir de:

- Uma visão social inovadora, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, os transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma

situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades.

- Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrenta-los.
- Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social.
- Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos em superar a situação atual.
- Uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possuam. (PNAS, 2004, p. 15)

A diretriz relacionada à centralidade da família na PNAS/2004 para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, traduz a importância da família no contexto da vida social, conforme também afirmado na Constituição Federal em seu Capítulo VII, Artigo 226 quando institui que a “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

A família tem sido percebida como base estratégica para a condução de políticas públicas. São várias as dimensões das relações entre a família e as políticas sociais. Pode-se, inclusive dizer que família e políticas sociais têm funções correlatas e imprescindíveis ao desenvolvimento e à proteção social dos indivíduos.

1.2. A transformação das famílias

Ao se abordar família é importante salientar que a mesma vem se transformando na sociedade. Falar em família hoje em dia, implica mudanças e padrões diferenciados de relacionamentos. A temática da família se tornou alvo de reflexões e discussões com relação às tais mudanças que essa instituição vivencia em sua composição e também em relação às políticas públicas no tocante a garantia de direitos.

Hoje em dia é difícil definir família. Com tantas transformações ocorrendo a instituição família ganha novos arranjos e novas definições. Vivemos em uma época em que a

mais naturalizada de todas as esferas sociais, a família, além de sofrer importantes abalos internos tem sido alvo de marcantes interferências externas.

O conhecido antropólogo Lévi-Strauss (1956, p.34) nos diz que há um modelo ideal de família, que deve possuir as seguintes características: tem sua origem no casamento; é constituído pelo marido, pela esposa e pelos filhos provenientes de sua união; e os membros da família estão unidos entre si por laços legais, direitos e obrigações econômicas e religiosas ou de outra espécie, um entrelaçamento definido de direitos e proibições sexuais, e uma quantidade variada e diversificada de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito, medo e outros.

Atualmente, essa composição definida por Lévi-Strauss, a família nuclear, formada por homem, mulher e filhos ainda existe, porém existem hoje diversificadas configurações familiares, e essas novas formas possuem gradativo reconhecimento perante a sociedade.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), a família é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica. Dessa forma, o objetivo da referida política é a centralidade na família, garantindo sua sobrevivência, o acolhimento de suas necessidades e interesses no convívio familiar e comunitário, enfim, a proteção social.

Mioto (1997) define família como um núcleo de pessoas que estabelecem certa convivência em um lugar determinado, por um lapso de tempo mais ou menos longo e, que se encontram unidas, ou não, por laços consanguíneos. Ainda segundo Mioto (1997) a tarefa primordial da família é o cuidado e a proteção dos seus membros.

Já segundo Dias (2007), a família contemporânea se pluralizou, não se restringindo apenas às famílias nucleares, hoje elas são recompostas, monoparentais, homoafetivas, entre outras.

Amaral (2001) afirma que a família é uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de “sentimento de família”, que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo familiar.

Para Kaloustian (1994), a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes

afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal; em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e morais, e onde se aprofundam os laços de solidariedade.

Em relação às novas configurações familiares temos conforme Oliveira (2009, p. 68):

uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família, diferenciadas do clássico modelo de família nuclear.

Essas novas famílias estão cada vez mais presentes, começando a ter visibilidade tornando-se merecedoras das mesmas garantias de direitos previstas em leis. E apesar de estar presente na sociedade, muitas vezes não são socialmente aceitas.

Para além das novas configurações familiares, precisamos pensar como essas famílias estão enfrentando os desafios postos pela atualidade. Sabe-se que a questão social⁴ está escancarada na vida de todas as formas e configurações de famílias e que a questão social interfere no modo como se dão as relações interfamiliares.

Entretanto, há dificuldade de se definir família, cujo aspecto vai depender do contexto sociocultural em que a mesma está inserida. Para se trabalhar a família nas políticas sociais tem que ter ainda em mente como afirma Sarti:

A família para os pobres associa-se aqueles em quem se pode confiar [...] Como não há status ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações. São essas redes de obrigações que delimitam os vínculos, fazendo com que as relações de afeto se desenvolvam dentro da dinâmica das relações descritas neste capítulo. (SARTI, 1996 p. 63)

⁴ Sobre questão social, será abordada no próximo item.

O contexto no qual a família está inserida interfere diretamente em suas relações. Nos dias atuais enfrenta os desafios postos pela sociedade capitalista. De acordo com Oliveira (2009, p. 25):

As relações na sociedade sofrem influência da divisão social do trabalho. A família, inserida no contexto social, tem suas relações interiores influenciadas pelas mudanças ocorridas. Como exemplos de transformações, podemos citar o trabalho da mulher, as mudanças nas relações de trabalho, como, na sociedade contemporânea, o crescente número de trabalhadores informais, que não possuem garantia de emprego, assim como o grande número de desempregados. Todo este contexto pode influenciar e modificar o cotidiano da vida em família.

A partir da década de 1960, houve grandes transformações econômicas e sociais que tiveram como consequências a concentração de renda, o empobrecimento de grande parte da população e o aumento da força de trabalho. Sarti nos mostra que, a partir da década de 60:

[...] não apenas no Brasil, mas em escala mundial, difundiu-se a pílula anticoncepcional, que separou a sexualidade da reprodução e interferiu decisivamente na sexualidade feminina. Esse fato criou condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua vida e sua sexualidade atadas à maternidade como um “destino”, recriou o mundo subjetivo feminino e, aliado à expansão do feminismo, ampliou as possibilidades de atuação da mulher no mundo social. A pílula, associada a outro fenômeno social, a saber, o trabalho remunerado da mulher, abalou os alicerces familiares, e ambos inauguraram um processo de mudanças substantivas na família [...]. (SARTI, 2008, p. 22)

Tem-se então que a família vem sendo influenciada pelas manifestações da questão social, que está presente em nossa sociedade, principalmente, pela imensa desigualdade social que vivenciamos. Conforme Iamamoto (2006), a questão social é a expressão da contradição existente entre capital e trabalho, é a manifestação no cotidiano da vida das pessoas, da desigualdade social e das manifestações de resistências e rebeldias.

Pensarmos o Brasil enquanto país que também vivencia as manifestações da questão social tão presentes em seu cotidiano faz-nos reportar ao fato de que as famílias brasileiras precisam de melhorias em suas condições de vida, em suas construções cotidianas, em seus componentes. A manifestação cotidiana da desigualdade social presente traz o retrato da nova família em um novo cenário, que, cada vez mais, aparta do acesso ao mínimo de sobrevivência. Diante desses efeitos da desigualdade, a família, na sociedade contemporânea, modificada não só internamente, mas também externamente, possui o desafio de sobreviver nessa sociedade em tempos de mudanças e de continuar exercendo seu papel (OLIVEIRA, 2009, p. 83).

A família, por outro lado, tem sido cada vez mais requisitada pelo Estado a assumir responsabilidades na gestão de determinados segmentos como criança e adolescente, idosos, portadores de necessidades especiais, conforme estabelece nos estatutos de todos os segmentos existentes, que é “dever da família, da comunidade, da sociedade civil e do Estado, assegurar atendimento e a garantia de direitos dos mesmos”.

A família é lugar de proteção e cuidado, indispensável para a garantia de sobrevivência e de proteção integral dos filhos e demais membros. Ela representa todo o apoio necessário ao desenvolvimento de seus membros, sejam eles afetivos como também materiais. Desempenha papel importante na educação, é na família que se aprende valores éticos e morais e onde se aprofundam laços de solidariedade. De acordo com Silva (2004, p. 288):

Na família é que se constituem, para a criança, os modelos de vínculos que serão reproduzidos em seus contatos posteriores com a comunidade na qual esteja inserida. O grupo familiar atua como um modelo capaz de preparar um indivíduo para os contatos posteriores com outros elementos ou grupos, enfim, para a inserção social.

Contudo, vale lembrar o caráter contraditório da família, ao mesmo tempo em que protege também pode violar o direito de seus membros. Tem-se na família um núcleo forte de socialização de seus membros, transmissão de ensinamentos, bem como refúgio contra desamparos. Porém, a família também é frágil pelo fato de não estar livre de despotismos, violências, confinamentos, desencontros e rupturas. No momento em que a família encontra dificuldade para cumprir com seus deveres básicos, criam-se situações de vulnerabilidades.

Todavia, apesar das mudanças na estrutura da família, a expectativa relacionada às suas tarefas e obrigações continua preservada. Espera-se um mesmo padrão de

funcionalidade, independente do lugar em que estão localizadas na estratificação social. Ela, a família, continua sendo para o bem ou para o mal, a mediação entre o indivíduo e a sociedade.

Com a diminuição da presença do Estado em relação às políticas sociais, a família é “[...] chamada a responder por esta deficiência sem receber condições para tanto. O Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarrega que ela não consegue suportar tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica” (GOMES E PEREIRA, 2006, p: 362).

O desafio é encontrar formas de abordagem dos problemas familiares. Miotto (2004) avalia que a consciência das transformações ocorridas na família tem se manifestado no cotidiano dos serviços. É importante, na formulação de políticas sociais, manter o foco na família. Percebe-se que a questão fundamental é a necessidade de promoção e apoio às famílias vulneráveis através de políticas sociais bem articuladas e focalizadas.

1.3. O trabalho social com famílias

O Serviço Social tem um papel histórico no trabalho com famílias, a mesma sempre foi objeto de intervenção do trabalho dos assistentes sociais. Trabalhar com famílias requer a abertura para uma escuta, a fim de localizar pontos de vulnerabilidade, mas também os recursos disponíveis.

Trazendo a perspectiva do trabalho social com famílias, é importante destacar que com as mudanças legais trazidas pela PNAS juntamente com as legislações que a regulamentaram posteriormente, como a LOAS (1993) e a NOB/SUAS (BRASIL, 2005), mudanças ocorreram no modo de trabalhar com famílias.

Até então, o trabalho social com famílias tinha um caráter normativo, disciplinador, conservador e moralizante. Onde as famílias, principalmente as pobres, seriam as produtoras de patologias sociais, incapazes de educar as crianças ou proteger seus membros dos males da sociedade.

A visão que se tinha da família estava de acordo com a perspectiva funcionalista, positivista, onde se tinha a família padrão, tida como normal diante da sociedade e cada

membro cumpria com sua devida função no ambiente familiar. As que não se encaixavam nesse perfil, eram tratadas de forma disciplinadora e higienizadora.

Mioto sintetiza o trabalho social com famílias de acordo com a perspectiva funcionalista, dizendo que as ações dos assistentes sociais seriam marcadas por:

- 1) pela ausência de discriminação quanto à natureza das ações direcionadas ao atendimento das famílias, em muitos serviços. Um exemplo disso é que sob a denominação de orientação da família, que aparece como uma categoria chave do processo de intervenção, estão agrupados condutas e procedimentos totalmente diversos. Orientação pode significar tanto uma informação a respeito do funcionamento do serviço, como a realização de uma série de entrevistas com a finalidade de apoiar uma família num momento crítico de sua vida. Um outro exemplo é quando o assistente social, questionado sobre suas ações, enumera os instrumentos que são utilizados para a sua consecução. É muito comum dizerem que fazem entrevistas, reuniões. De outra forma, quando perguntados sobre como agiram em determinadas situações, respondem, algumas vezes, que realizaram “conversas informais”. Assim, ainda é trivial o uso de uma linguagem de senso comum em detrimento de uma linguagem técnico-científica em relação à prática profissional.
- 2) pela utilização de categorias de análise sem o devido conhecimento ou discernimento quanto às matrizes teóricas às quais estão vinculadas. Na descrição das ações profissionais impera a utilização indiscriminada de determinadas categorias que demonstram a precária clareza metodológica sobre o escopo de suas ações. Um exemplo disso é a dissociação que fazem entre a categoria “famílias desestruturadas” e a referência da escola estrutural-funcionalista, no âmbito de um discurso crítico.
- 3) pela articulação explícita entre referências teóricas e ação profissional que aparece quando o assistente social tem uma formação específica na área da família, que geralmente se faz através de outras áreas. Este é o caso, por exemplo, do *boom* da terapia familiar que passa a ser discutida como algo que “ainda não tem lugar no Serviço Social” como afirmaram alguns profissionais. É possível creditar esta afirmação ao fato de a formação na área estar concentrada no campo do “psi”, sem uma apropriação e uma discussão do seu lugar e do seu significado na prática cotidiana dos assistentes sociais. Dessa forma, passa-se a engrossar fileiras no grande projeto, hoje hegemônico, de “psicologização” dos problemas sociais.
- 4) pelos processos de intervenção com famílias que são pensados apenas no âmbito do atendimento direto. Não são vislumbradas, no universo das ações profissionais, outras possibilidades de se trabalhar com famílias; não são considerados especialmente os espaços da proposição, articulação e avaliação das políticas sociais nem a organização e articulação de serviços como campos fundamentais de intervenção na área da família. O atendimento direto está dirigido maciçamente às famílias que, por pobreza ou falimento nas suas funções, são tidas como incapazes ou patológicas. (MIOTO, 2004, p. 3)

Apesar de longa, essa citação explica bem a forma já ultrapassada de se trabalhar com famílias e que precisa ser superada. Atualmente, o que se espera do trabalho social com famílias é uma redefinição, onde se busque trabalhar com uma perspectiva de práticas

socioeducativas com o objetivo de resgatar a autonomia e o protagonismo das famílias. O que de fato, configura-se em um grande desafio, visto que, ainda hoje:

o exercício profissional com famílias se movimenta através de processos pautados nos padrões de normatividade e estabilidade, ou seja, as ações continuam calcadas na perspectiva da funcionalidade e relacionadas aos processos de integração e controle social. Dessa forma, tira-se de foco a discussão da família no contexto de uma sociedade desigual e excludente, fortalece-se, direta ou indiretamente, uma visão da família como produtora de patologia e busca-se a ‘pacificação artificial’ das famílias (MIOTO, 2004, p. 4).

Assim, as famílias com as quais o Serviço Social trabalha estão na maioria das vezes em situação de vulnerabilidade social, à margem da sociedade, onde as manifestações da questão social são manifestas e expressas das mais variadas formas. Cabe ao profissional do Serviço Social obter respostas de enfrentamento a essas demandas da sociedade contemporânea.

Então, o trabalho do assistente social com famílias visa o seu fortalecimento com vistas a contribuir para a superação das situações de pobreza e exclusão social. O assistente social vai fornecer alternativas de enfrentamento das situações vividas por essas famílias.

Dessa forma, acompanhando as mudanças trazidas pelas PNAS, é preciso visar intervenções preventivas e também com o objetivo de promover o bem-estar, a qualidade de vida e, acima de tudo, a autonomia dessas famílias.

Espera-se que se tenha uma “redefinição do trabalho social com famílias, com práticas socioeducativas alternativas, dirigidas para a autonomia e protagonismo das famílias” (Teixeira, 2010, p. 8). Ou seja, trabalhar com essas famílias a partir de ações socioeducativas que visem, através da informação, a reflexão das mesmas sobre diferentes temas, buscando provocar mudanças, nas suas formas de viver e em consequência na sociedade como um todo.

O trabalho socioeducativo com famílias ultrapassa a indução de reflexões internas e o uso de grupo como troca de experiências e ajuda mútua, para se transformar em instrumento de construção de um novo conhecimento, partilhado e crítico, que os leva a sair do imediatismo de suas necessidades, para entendê-las enquanto coletivas, enquanto necessidades sociais de classe, que devem ser atendidas pelo poder público, como condição fundamental para a garantia de direitos e de qualidade de vida. (TEIXEIRA, 2010, p. 15/16)

Espera-se que o trabalho socioeducativo com famílias através de grupos traga resultados mais consistentes fortalecendo o vínculo entre os membros e como um caminho para a participação na defesa e conquista de direitos.

Conseqüentemente, o trabalho com famílias tem se constituído numa fonte de preocupação para os profissionais que trabalham na área, tanto pela atualidade do tema como pela sua complexidade. Segundo Miotto (2004) a sua discussão envolve inúmeros aspectos como as diferentes configurações familiares, as relações que a família vem estabelecendo com outras esferas da sociedade, tais como Estado, Sociedade Civil e Mercado, bem como os processos familiares. Além destes, estão envolvidos os aspectos inerentes à própria história e desenvolvimento das profissões que atendem a esse campo.

Gomes e Pereira (2005) pontuam alguns princípios que precisam ser considerados ao se propor políticas de atendimento à família, tais como: 1) Romper com a idéia de família sonhada e ter a família real como alvo. A família pode ser fonte de afeto e também de conflito, o que significa considerá-la um sistema aberto, vivo, em constante transformação. 2) Olhar a família no seu movimento, sua vulnerabilidade e sua fragilidade, ampliando o foco sobre a mesma. 3) Trabalhar com a escuta da família, reconhecendo sua heterogeneidade. 4) Não olhar a família de forma fragmentada, mas trabalhar com o conjunto de seus membros; se um membro está precisando de assistência, sua família estará também. 5) Centrar as políticas públicas na família, reconhecendo-a como potencializadora dessas ações e como sujeito capaz de maximizar recursos. 6) O Estado não pode substituir a família; portanto a família tem de ser ajudada. 7) Não dá para falar de políticas públicas sem falar em parceria com a família.

O desafio das políticas públicas que visam a proteção social é pensar e repensar a família buscando superar velhas ações e concepções centradas na focalização e estratificação da proteção social a partir das famílias.

Uma nova forma possível de se trabalhar com famílias e comunidades é o chamado empreendedorismo social, fazendo disso, um novo desafio de trabalhar com famílias com essa nova metodologia. Defende-se aqui, um trabalho socioeducativo e militante, que adota a família como lócus do protagonismo social.

1.4. Empreendedorismo social e Serviço Social

A palavra empreendedorismo foi utilizada pelo economista austríaco Joseph Schumpeter, em 1950, definindo uma pessoa com criatividade e capaz de fazer sucesso com inovações.

De acordo com Schumpeter o empreendedorismo é o principal fator promotor do desenvolvimento econômico e social de um país, sendo uma peça central da sua teoria da “destruição criativa”. Schumpeter definiu o empreendedor como aquele que reforma ou revoluciona o processo “criativo-destrutivo” do capitalismo, por meio do desenvolvimento de nova tecnologia ou do aprimoramento de uma antiga – o real papel da inovação. Schumpeter (1949) apresenta o empreendedor como aquele que quebra a ordem corrente e inova, criando mercado com uma oportunidade identificada.

O empreendedor é um exímio identificador de oportunidades, sendo um indivíduo curioso e atento a informações, pois sabe que suas oportunidades melhoram quando seu conhecimento aumenta. Inovação é então, uma das principais características do empreendedor. Mais tarde, em 1970, Peter Drucker introduz ao conceito de empreendedorismo o fator de risco. Uma pessoa para ser empreendedora precisava se arriscar em algum negócio.

A apropriação do conceito de empreendedorismo pelo empreendedorismo social prende-se com a migração de características associadas àquele num espaço cuja finalidade não é a acumulação de riqueza ou de lucro. O empreendedorismo social é um tipo de empreendedorismo que visa o benefício social, ao contrário do empreendedorismo de negócios, focado no lucro.

O empreendedorismo social apresenta um novo olhar sobre o empreendedorismo, é uma outra forma de política, uma política que visa a união e a solidariedade e não a competitividade e busca utilizar suas habilidades em benefício da sociedade criando um ambiente saudável. Assim, emerge em um contexto de crise e desafios sociais, econômicos e ambientais com os quais a sociedade atual tem se deparado.

Bill Drayton, fundador da Ashoka, uma organização mundial sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social, trabalho e apoio aos empreendedores sociais, é um dos grandes responsáveis pelo reconhecimento de empreendedores sociais em diversos países do mundo. Para ele, o empreendedor social é aquele que possui soluções inovadoras para os

problemas da sociedade sendo persistente e enfrentando as principais questões sociais, ou seja, são pessoas com ideias criativas e inovadoras capazes de provocar transformações com amplo impacto social.

O tema do empreendedorismo social no Brasil pode ser considerado como um tema ainda em construção. Mas já é notório a sua importância e impacto na realidade social. Este tema e fenômeno surge em meio aos desdobramentos paradoxais da globalização, que gera riqueza mas também muita pobreza, tanto estrutural como política. O que faz surgir novos desafios para velhos problemas, principalmente o de criar ações de emancipação social e não de manutenção do status quo.

O empreendedorismo social é um misto de ciência e arte, racionalidade e intuição, ideia e visão, sensibilidade social e pragmatismo responsável, utopia e realidade, força inovadora e praticidade. (Melo Neto e Froes, 2002, apud Silva).

Segundo Oliveira (2004) a postura do empreendedor social deve ser inconformada e indignada com a injustiça e desigualdade, ser ético, profissional e transparente, dentre outras características. Peter Drucker (1995) vai nos dizer que “para os empreendedores sociais, a missão social é central e explícita”. Para os empreendedores sociais a riqueza é apenas um meio para um determinado fim (Drucker, 1995).

Dolabela (1999) conceitua o empreendedor social como aquele que sonha e busca transformar o sonho em realidade. É um paradigma emergente de um novo modelo de desenvolvimento: um desenvolvimento humano, social e sustentável (Melo Neto e Froes, 2002). Ainda segundo Melo Neto e Froes, uma comunidade sustentável pode ser viabilizada através do fomento de ações empreendedoras de cunho social e de novas estratégias de inserção social e de sustentabilidade.

Parente et al (2011, p. 269) de uma forma geral, referem a incapacidade e a inadequação das instituições governamentais em solucionar novos problemas sociais, visível nos diferentes tipos de políticas sociais setoriais e, particularmente, nas restrições orçamentais, onde tem sido fomentado iniciativas da sociedade civil na procura de práticas alternativas que respondam às necessidades sociais não atendidas nem pelo Estado, nem pelo mercado. Corroborando, assim, com o que foi dito, Oliveira explica que:

Tanto o conceito como a prática do empreendedorismo social, derivam de entendimentos e intenções frente à vontade de mudar o cenário causado pelos impactos de uma globalização de efeitos paradoxais, que ao mesmo tempo que gera riqueza e ciência e tecnologia, também produz um gigantesco exército de famintos e excluídos, produzidos principalmente pela desigualdade social e econômica, marcada e acentuada pela concentração de renda e problemas sociais históricos, principalmente para os chamados países do terceiro e quarto mundo. (OLIVEIRA, p. 58)

Neste trabalho opta-se pelo empreendedorismo social enquanto atividade de uma equipe ou grupo de pessoas, não desmerecendo o trabalho dos empreendedores sociais individuais, pois, considera-se que o empreendedorismo social atinge o seu verdadeiro impacto de transformação social quando trabalhado em conjunto.

Ao se abordar o empreendedorismo social como uma possibilidade de se alcançar a transformação da sociedade a partir da iniciativa e organização da sociedade civil, não se quer, de forma alguma retirar a responsabilidade dos governos. O que se espera é que através do empreendedorismo social, da organização da sociedade civil, se alcance uma emancipação social dos sujeitos onde seja possível que os mesmos se organizem para realizar mudanças em seus bairros, por exemplo, e a partir disso, atinjam um entendimento que podem sim, enquanto sociedade, cobrar dos governantes políticas públicas que venham ao encontro de seus anseios. Como ressalta Melo Neto Froes (2001, p. 31):

O empreendedorismo social exige, principalmente, o redesenho de relações entre comunidade, governo e setor privado, que se baseia no modelo de parcerias”, tendo como principal objetivo “[...] retirar pessoas da situação de risco social e [...] é nos problemas sociais, e o objetivo a ser alcançado a curto, médio e longo prazos destas questões [...] buscando propiciar-lhes plena inclusão social.

Neste sentido, tem-se que o empreendedorismo social se configura como uma nova forma de intervenção social, pois apresenta um novo olhar e leitura da relação e integração entre os vários atores e segmentos da sociedade. Ainda segundo Oliveira (2011, p. 16) é uma nova tecnologia social, pois sua capacidade de inovação e de empreender novas estratégias de ação faz com que sua dinâmica gere outras ações que afetam profundamente o processo de gestão social, já não mais assistencialista e mantenedor, mas empreendedor, emancipador e transformador.

Ainda seguindo o pensamento de Oliveira (2011) o empreendedorismo social se configura como um indutor de auto-organização, pois não é uma ação isolada, mas, ao contrário, necessita da articulação e participação da sociedade para se institucionalizar e apresentar resultados que atendam às reais necessidades da população, tendo de ser duradouro e de alto impacto social. Não é privativo, pois a principal característica e a possível multiplicação da ideia/ação partem de ações locais, em sua expansão é para o impacto global.

Dessa forma, o Serviço Social pode ser considerada uma das principais profissões para aprofundar essa perspectiva do empreendedorismo social, dado sua natureza e comprometimento junto ao enfrentamento da questão social. (OLIVEIRA, 2007, p. 2)

Pode-se dizer que o empreendedorismo social vem a materializar o compromisso ético-político do Serviço Social em lutar por uma sociedade mais justa e pela emancipação dos sujeitos. Também de organização e mobilização da sociedade e poder governamental em efetivar o exercício pleno da cidadania e garantia de direitos.

Oliveira (2004) nos mostra dois desafios do empreendedorismo social: criar capital social, que é base para elaboração do empreendedor social e empoderamento dos sujeitos do processo, ou seja, quebrar o discurso do “só tenho direito e não tenho nada de deveres” e fazer com que as pessoas, principalmente as excluídas e marginalizadas, tenham uma postura de cidadãs e não de vítimas e comecem a fazer a sua parte.

Por outro lado nos traz as possibilidades do empreendedorismo social, dentre elas, gerar dinamismo e objetividade, resultados sociais de impacto, criar capital social e empoderamento, regata a auto-estima e a visão de futuro, é dinâmico, cativa e motiva as pessoas ao engajamento cívico, tem ênfase na geração de novos valores e mudanças de paradigmas e tem na inovação, na criatividade e na cooperação os pilares de suas ações (Oliveira, 2004, p. 17).

O empreendedorismo social significa elaborar um sonho e materializar esse sonho. Fácil perceber que o empreendedorismo social vem ao encontro de um princípio fundamental do Código de Ética do Assistente Social que é: I – Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (Código de Ética, 2012, p. 121).

Pode-se considerar que de certa forma, todo assistente social é um empreendedor social, na medida em que trabalha com a missão de garantir direitos e pela emancipação dos seus usuários.

2. ENSAIO PROFISSIONAL NO CENTRO SOCIAL MARISTA SANTA MARTA

Este capítulo é dedicado à abordagem do processo de trabalho do assistente social de forma geral e, posteriormente, o processo de trabalho do assistente social do Centro Social Marista Santa Marta.

2.1. Processo de trabalho do Serviço Social

O Serviço Social é localizado como uma atividade inserida na divisão sociotécnica do trabalho, articulado aos processos de produção e reprodução das relações sociais, cuja característica é interpretar e agir nessas, principalmente as ações resultantes da questão social, ou seja, do conflito entre capital e trabalho: “O Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do assistente social uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social”. (Iamamoto, 2014, p. 27)

Pensar o processo de trabalho do assistente social implica pensar em uma relação teoria-prática. O trabalho desse profissional está inserido em um contexto social contraditório e seu objeto de intervenção é a questão social, definida por Iamamoto como:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social (2014, p 28).

Dessa forma, o assistente social trabalha com a questão social e suas mais variadas manifestações. Aqui neste trabalho aborda-se a questão da família, por exemplo, objeto de

intervenção do Serviço Social desde os primórdios. Sendo assim, o assistente social, por meio de sua intervenção busca propostas para o enfrentamento das manifestações da questão social.

As ações profissionais do assistente social são regulamentadas pela Lei 8.662/93 e ainda conta com um Código de Ética que orienta tal ação, trazendo direitos, deveres, princípios e compromissos ético-políticos.

Assim, tanto a Lei de Regulamentação da Profissão como o Código de Ética são instrumentos legais que assumem uma dimensão política que orienta a defesa da profissão, a qualidade dos serviços prestados e junto com a classe trabalhadora, a luta pela construção de uma nova sociedade, mais justa e igualitária. Os princípios e os valores presentes no Código de Ética Profissional (1993) são:

- I - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II - Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III - Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV - Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V - Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI - Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII - Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero;
- IX - Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- X - Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI - Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Seguir tais princípios é fundamental para uma ação profissional ética e de qualidade, visando sempre promover a garantia dos direitos dos usuários, como também garante os direitos do próprio assistente social.

O Serviço Social possui instrumentos que visam ajudar no desenvolvimento de suas atividades. Os instrumentos se encaixam no eixo técnico-operativo da profissão, juntamente com os eixos teórico-metodológico e ético político.

A dimensão teórico-metodológica, diz respeito à aproximação da teoria com as demandas provenientes da questão social, fazendo com que a atuação profissional seja coerente com os movimentos da realidade. É a teoria que orienta os profissionais em suas compreensões, interpretações e intervenções na realidade (Silva, 1999).

A dimensão ético-política engloba a visão de homem e de mundo do profissional. Para isso o assistente social conta com o projeto ético-político que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central. Propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero, ou seja, este projeto tem o propósito de transformação da sociedade brasileira (Netto, 1999).

A técnica-operativa diz respeito aos instrumentos utilizados na ação profissional, fazendo com que o assistente social tenha uma visão crítica e propositiva, indo além do imediatismo.

Sobre a instrumentalidade do Serviço Social, Guerra diz:

Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho. (GUERRA, 2007, p. 2)

O processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Segundo Fraga (2010) o exercício profissional do assistente social exige uma atitude investigativa constante para que não se torne meramente pragmática, sem intencionalidade e clareza de finalidade.

O Serviço Social conta com apoio de um instrumental técnico-operativo que permite a operacionalização da ação profissional. É através do processo de trabalho que o profissional materializa sua profissão e vai se diferenciar dos outros profissionais.

O projeto ético político do Serviço Social fundamenta-se na ampliação e consolidação da cidadania, a favor da equidade, eliminação de preconceitos e a articulação com outras categorias assim, defendendo a democracia. Segundo Iamamoto, fortalecendo a democracia o Serviço Social afirma o compromisso com a cidadania criando assim, novos valores de interesses ao defender os direitos sociais através da viabilização da efetividade dos direitos (2006).

Raichellis (2010) ainda nos traz a noção de que o “trabalho do assistente social é a expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho, competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores, projeto ético-político que confere direção social ao trabalho profissional”. Assim:

Os assistentes sociais, com base em sua autonomia profissional, ainda que relativa, e tendo em vista prerrogativas legais, éticas e técnicas, estão sendo desafiados a inovar e ousar na construção de estratégias profissionais que priorizem as abordagens coletivas e a participação dos usuários da assistência social, no sentido de reverter relações autoritárias e tuteladoras que subalternizam a população (RAICHELLIS, 2010, p. 769).

Todas essas questões vêm ao encontro da proposta de trabalho com as famílias e da perspectiva do empreendedorismo social como forma de atuar junto dessas famílias.

2.2. Serviço Social no Centro Social Marista

A inserção do Serviço Social no Centro Social Marista Santa Marta ocorreu no ano de 2002, a fim de atender as mais diversas expressões da questão social. Teve como principal objetivo a superação dessa situação de vulnerabilidade buscando a autonomia e resgate da cidadania dos usuários.

O trabalho da assistente social na instituição tem como um de seus objetivos a análise socioeconômica de seus educandos e suas famílias, bem como o acompanhamento social das famílias. No momento da matrícula nos cursos oferecidos são realizadas entrevistas sociais. A assistente social também faz o acompanhamento das atividades assim como a elaboração de projetos sociais.

Complementando a intervenção profissional da assistente social na instituição se faz uso dos seguintes instrumentais: avaliação de fichas socioeconômicas; pareceres sociais; visitas domiciliares; acompanhamento de famílias; elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos projetos sociais desenvolvidos pela mesma.

A assistente social participa das reuniões do Conselho de Assistência Social, que incluem também a articulação da rede sócio assistencial, tendo em vista as demandas sociais apresentadas no cotidiano profissional.

O Serviço Social na instituição trabalha na perspectiva de qualificar as relações dos atendidos, buscando o fortalecimento de vínculos, sua valorização e a participação ativa na sociedade.

As expressões da questão social são o objeto de trabalho dos assistentes sociais, é entre os conflitos e tensões das expressões de desigualdades e de rebeldia e resistências que os profissionais da área desenvolvem seus trabalhos. Sendo assim, cotidianamente os assistentes sociais deparam-se com diversificadas expressões da questão social.

Em relação às expressões de desigualdades que se manifestam no contexto do Centro Social Marista, podemos citar exclusão, preconceito, falta de acesso às políticas sociais e violação de direitos. Conforme Fraga (2010),

O cerne da questão social está enraizado no conflito entre capital *versus* trabalho, suscitado entre a compra (detentores dos meios de produção) e venda da força de

trabalho (trabalhadores), que geram manifestações e expressões. Estas manifestações e expressões, por sua vez, são subdivididas entre a geração de desigualdades: desemprego, exploração, analfabetismo, fome, pobreza, entre outras formas de exclusão e segregação social que constituem as demandas de trabalho dos assistentes sociais; também se expressa pelas diferentes formas de rebeldia e resistência: todas as maneiras encontradas pelos sujeitos para se opor e resistir às desigualdades, como, por exemplo, conselhos de direitos, sindicatos, políticas, associações, programas e projetos sociais.

O próprio Centro Social Marista Santa Marta representa uma forma de rebeldia e resistência, pois é uma instituição que visa o fortalecimento de vínculos das crianças, adolescente, jovens, adultos, idosos e famílias atendidas, ações essas que possibilitam a superação das desigualdades e carências enfrentadas por esses usuários.

Neste sentido, o Centro Social Marista Santa Marta trabalha com vistas à transformação da realidade, tendo como principal propósito incluir os usuários, compreendendo o contexto, analisando as especificidades e necessidades individuais.

Historicamente, o Serviço Social possui uma identidade atribuída pelo capitalismo:

A identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital (Martinelli, 2011, p. 124).

Dessa forma, percebe-se que historicamente a identidade profissional do assistente social ficava pouco perdida, alienada, como nos diz Martinelli: “a alienação presente na sociedade capitalista, tendo encontrado a base social necessária, penetrou na consciência dos agentes profissionais, constituindo sério obstáculo para que pudessem estruturar sua consciência política, sua consciência social” (2011, p. 128).

Atualmente, é necessário que o assistente social se reconheça enquanto tal na instituição e mais do que isso, que seja reconhecido pelos seus colegas. É importante ressaltar que segundo Iamamoto (2006) o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho coletivo que forma uma grande equipe de trabalho.

Em outros termos, o assistente social não tem uma identidade atribuída pelos outros profissionais e sim um identidade em permanente construção, numa perspectiva dialética, onde a cada dia é preciso conquistar o seu espaço e mostrar o seu papel no Centro Social.

Como se trata de uma instituição privada, a autonomia profissional fica desafiada diariamente, tendo o profissional que responder a certos critérios institucionais, o que certamente dificulta e restringe a consolidação da identidade profissional. De acordo com o que foi dito acima, Iamamoto traz:

Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas as mais diversas, ao cumprimento de atividades preestabelecidas. Já o exercício da profissão é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional. (Iamamoto, 2014, p. 21)

Assim, na medida em que o profissional vai exercendo sua profissão, espera-se que ela construa relações que possibilitem que sua identidade seja construída, reconstruída, modificada e repensada, num constante processo dialético. Repensando sempre a sua prática profissional, como nos mostra Iamamoto (2014, p. 20) ao colocar que um dos maiores desafios do assistente social no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas presentes no cotidiano.

2.3. Centro Social Marista Santa Marta

O Centro Social Marista Santa Marta atende cidadãos em situação de vulnerabilidade social⁵ a partir de práticas educativas voltadas à proteção de crianças, adolescentes e suas famílias, “com o objetivo de instaurar a proteção integral, ao disponibilizar atendimento baseado em uma variedade de iniciativas”. (PPP, 2011, p. 23). Os serviços prestados pelo Centro Social baseiam-se na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

A região da Nova Santa Marta, em Santa Maria, é um lugar marcado por conflitos e conquistas. Surgiu de uma ocupação feita por integrantes do MNLN – Movimento Nacional de Luta pela Moradia, em 1991. Esse conjunto residencial é composto por sete vilas: Alto da Boa Vista, Dez de Outubro, Dezoito de Abril, Marista, Núcleo Central, Sete de Dezembro e Vila Pôr do Sol.

Historicamente, a comunidade da Nova Santa Marta vem sofrendo com o abandono das políticas públicas, evidenciando cada vez mais as desigualdades sociais que estão presentes na localidade. As diferenças sociais e econômicas são evidentes. Vivem hoje cerca de 5.700 mil famílias, somando aproximadamente 28 mil pessoas (Silveira, 2010, p. 27), que vivem em situação de vulnerabilidade social, com precárias condições de habitação, saneamento básico e com acesso restrito às políticas públicas.

Assim, o trabalho do Centro Social Marista Santa Marta busca fazer frente à realidade vivenciada pelos moradores do Bairro, na tentativa de reduzir as desigualdades e ofertar alternativas para reduzir o avanço dos índices de violência, drogadição, miserabilidade, por meio de projetos sociais que tenham como objetivo transformar essa realidade. O trabalho desenvolvido está em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e atua na proteção básica, envolvendo serviços protetivos.

O trabalho dos Centros Sociais ecoa em diferentes realidades e comunidades do Rio Grande do Sul. Baseada na solidariedade, na diversidade cultural, na consciência planetária e no protagonismo social, a proposta busca a excelência na promoção da vida de crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social.

⁵ A vulnerabilidade social, [...] pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos. (MONTEIRO, 2011, p. 35)

Os serviços desenvolvidos nos Centros Sociais Maristas têm foco no desenvolvimento integral do atendido e em ações complementares para a sua família e a comunidade onde está inserido. Essas iniciativas visam o fortalecimento de vínculos sociais e afetivos, a ampliação do universo artístico e cultural e a compreensão crítica do contexto social em que ele vive, a fim de prepará-lo para a vida em sua plenitude: corpo, mente, coração e espírito.

Em Santa Maria, o Centro Social Marista Santa Marta, desde o ano de 2001, busca oportunizar o desenvolvimento e a socialização das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos moradores da comunidade da Nova Santa Marta, formando cidadãos capazes de transformar a realidade na qual estão inseridos, a partir de processos criativos e inovadores.

O Centro Social Marista Santa Marta atende crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, em turno inverso da escola, através de atividades voltadas à extensão escolar, garantia de direitos, promoção, desenvolvimento e socialização em um ambiente de proteção social, desenvolvendo a autonomia e o protagonismo social, fortalecendo os vínculos familiares e a autoestima, garantindo a integralidade no atendimento à família, fornecendo acesso aos bens e serviços existentes nas políticas públicas e promovendo a inclusão digital e acesso às tecnologias da informação e comunicação.

Busca fazer frente à realidade vivenciada pelos moradores da Nova Santa Marta, buscando reduzir as desigualdades e ofertar alternativas para reduzir o avanço dos índices de violência, drogadição, miserabilidade, por meio de projetos sociais, que tenham como objetivo transformar essa realidade. O trabalho está em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e atua na proteção básica, envolvendo serviços protetivos.

O Centro Social Marista Santa Marta tem por objetivo formar cidadãos capazes de transformar a realidade na qual estão inseridos. A partir de processos criativos e inovadores, oportunizar a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em vulnerabilidade social, a igualdade de direitos, resgatando a dignidade e a autoestima.

A estrutura física do Centro Social é ampla. Possui dois andares. No primeiro andar, logo que se entra no Centro, encontra-se a recepção e ao lado a Sala da Pedagogia. Após, a sala do Telecentro, com acesso à internet para a comunidade. Na sequência, possui a sala de reuniões e a sala do Serviço Social, essa bem pequena e improvisada. Por fim, conta com um local onde ficam os objetos mais antigos que fazem parte de um pequeno 'museu' e uma sala de aula. O espaço do primeiro andar ainda conta com uma pequena cozinha, três banheiros e

um espaço bem grande para o ‘lixo eletrônico’, neste espaço trabalha um funcionário, que faz obras de arte com o lixo. No segundo andar encontram-se mais algumas salas de aula e a sala do coordenador de projetos.

O Projeto “chefe” do Centro Social é o “Centro Marista de Inclusão Digital – CMID”. O objetivo principal de tal projeto é a inclusão digital, garantindo a capacitação para o mercado de trabalho. Os cursos oferecidos são: Informática Básica, Informática Avançada, Robótica Básica, Robótica Avançada, Meta Arte, Metareciclagem, Montagem e Manutenção, Educando para a Cidadania. Além disso, é oferecido o Telecentro, onde alunos da Escola Marista Santa Marta e a comunidade em geral, tem acesso gratuito à internet.

O Curso de Informática Básica trabalha com conceitos e filosofia relacionados à Inclusão Digital através do Software Livre e a consolidação de noções básicas de arquitetura de Sistemas computacionais.

Na Informática Avançada, são trabalhados os seguintes pontos: desenvolver o raciocínio lógico através das linguagens de programação estruturadas; proporcionar ao aluno uma melhor compreensão sobre o funcionamento do sistema operacional e dos devidos programas e exercitar a autonomia de pesquisar e encontrar soluções para suas dificuldades.

O Curso de Robótica Básica tem o objetivo de proporcionar o desenvolvimento de conceitos em engenharia elétrica, eletrônica, mecânica, informática e habilidades científicas, assim como desenvolver o raciocínio lógico por meio de problemas para encontrar soluções. Tem como objetivo também, demonstrar os princípios da ciência e tecnologia através de testes, exercícios e experimentos práticos e contribuir na resolução dos problemas sociais, econômicos, tecnológicos e ambientais.

O Curso de Robótica Avançada tem os seguintes objetivos: desenvolver o raciocínio lógico através das linguagens de programação estruturadas; exercitar a autonomia de pesquisar e encontrar soluções para suas dificuldades e aplicar conhecimentos teóricos na construção de artefatos robóticos.

O Curso de Meta Arte trabalha com as seguintes metas: trabalhar conceitos e filosofias sobre a Meta Arte e o Software Livre; influência do lixo eletrônico no meio ambiente e relação da Meta Arte com o meio ambiente, a sociedade, inclusão digital e econômica. A meta arte é um espaço onde a sucata vira obra de arte. O trabalho é feito com turmas de alunos que com sua criatividade fazem esse lixo virarem arte. No CMID, o processo da Meta Arte

funciona utilizando as peças, que a robótica livre e a metareciclagem não utiliza como latas de CPU, monitores queimados.

No Curso de Metareciclagem são trabalhados os seguintes conteúdos: trabalhar conceitos e filosofia relacionados à Inclusão Digital através de hardware e software livre; desenvolver noções básicas de montagem e manutenção de computadores; desenvolver noções básicas de redes de computadores; idealizar e desenvolver computadores diferentes usando a criatividade; desenvolver raciocínio lógico e boas práticas ambientais. MetaReciclagem é principalmente uma ideia. Uma ideia sobre a reapropriação de tecnologia objetivando a transformação social. Esse conceito abrange diversas formas de ação: da captação de computadores usados e montagem de laboratórios reciclados usando software livre, até a criação de ambientes de circulação da informação através da internet, passando por todo tipo de experimentação e apoio estratégico e operacional a projetos socialmente engajados.

O Projeto Educando para a Cidadania é uma parceria com a Escola Marista Santa Marta e atende 21 crianças entre 7 a 11 anos no turno inverso ao do ensino regular. O projeto oferece uma introdução à informática básica. Dentre os conteúdos abordados destaca-se o uso do Editor de Textos Libre Office Writer, utilizado na produção de palavras, ditados, frases e inclusive pequenos textos.

Outro projeto do Centro Social é o Grupo de Convivência Melhor Idade. O grupo já existe há 11 anos. Era um grupo independente, a Escola Marista apenas cedia o espaço físico para a realização das atividades; com o tempo percebeu-se a necessidade de organizar o grupo e o Centro Social assumiu essa tarefa para si. Para se adequar à tipificação, os usuários com menos de 60 anos foram “convidados” a se retirar do grupo, o que causou um grande problema. Com o objetivo de resolver tal situação, houve uma capacitação daqueles com menos de 60 anos no Parceiros Voluntários, assim, esses puderam continuar participando do grupo como “colaboradores”, contudo, participando de todas as atividades realizadas como qualquer outro usuário.

Tem ainda o Projeto Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Socioeducativo. Porém, este conta com uma equipe própria. Esse projeto atende jovens egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FASE, esses são acompanhados na reinserção familiar, social, escolar e no mercado de trabalho.

3. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CENTRO SOCIAL MARISTA SANTA MARTA

Este capítulo aborda o processo de estágio no Centro Social Marista Santa Marta, o projeto de intervenção Dia da Família no Centro Social e os limites e possibilidades encontrados durante o processo de estágio.

3.1. O processo do estágio no Centro Social Marista Santa Marta

A inserção no campo de estágio aconteceu no dia 02 de setembro de 2014. Foi um processo bastante tranquilo, visto que, a estagiária estava no campo que escolheu. A identificação com a instituição foi imediata. Antes mesmo de conhecer o local, já se sabia que era ali que se queria estar, principalmente por se tratar de um bairro distante e bem diferente do que a mesma estava acostumada.

No primeiro momento foi possível conhecer a estrutura física do Centro Social: possui dois andares. No primeiro andar, logo que se entra no Centro, tem a recepção e ao lado a Sala da Pedagogia. Tem também a sala do Telecentro, com acesso à internet para a comunidade. Tem a sala de reuniões e a sala do Serviço Social, essa bem pequena e improvisada. Tem também um local onde ficam os objetos mais antigos que fazem parte de um pequeno ‘museu’ e uma sala de aula. O espaço do primeiro andar ainda conta com uma pequena cozinha, três banheiros e um espaço bem grande para o ‘lixo eletrônico’. No segundo andar encontram-se mais algumas salas de aula e a sala do coordenador de projetos.

No primeiro dia também foram apresentados os projetos desenvolvidos pela instituição à estagiária. Dentre eles: Informática Básica, Informática Avançada, Robótica Básica, Robótica Avançada, Meta Arte, Metareciclagem, Montagem e Manutenção, Educando para a Cidadania. Além disso, é oferecido o Telecentro, onde alunos da Escola Marista Santa Marta e a comunidade em geral, tem acesso gratuito à internet.

A estagiária também participou das atividades do Grupo de Convivência Melhor Idade. Esse grupo proporciona atividades para os idosos da comunidade. As atividades contam com o apoio de um educador da escola e acontecem uma vez por semana. E com

apoio do CRAS Oeste o grupo conta com um estagiário de educação física para atividades físicas.

Foi possível perceber também, que o trabalho da assistente social na instituição carrega uma grande burocracia, que corresponde a exigências da instituição e que certamente precisam ser cumpridas, mas que muitas vezes acabam tomando tempo demais. A assistente social também constrói os projetos para a instituição assim como participa de reuniões de conselhos.

Durante o processo de estágio houve uma confusão por parte da estagiária se o Centro Social trabalhava segundo a PNAS ou segundo a Política de Educação, dúvida essa que foi sendo sanada e esclarecida aos poucos. Após a leitura de alguns projetos teve-se a certeza que o Centro Social trabalhava na perspectiva da PNAS.

Em um dia, em conversa com a supervisora de campo, foi possível esclarecer algumas dúvidas:

- Definimos que os sujeitos de intervenção da instituição são crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social residentes do Bairro Nova Santa Marta. No Centro Social são trabalhados projetos com vistas à superação dessa situação de vulnerabilidade buscando a autonomia e resgate da cidadania dos usuários.
- Algumas dificuldades me foram apontadas: fragilização da rede socioassistencial/burocracias; não aderência dos usuários aos encaminhamentos, muitas vezes por falta de recursos, por exemplo, passagem de ônibus para ir do bairro até o centro da cidade. Outra dificuldade que foi posta, é a dificuldade de mobilização dos pais, esses dificilmente vão ao Centro Social, quando chamados. Diferente da escola, que sempre que são chamados eles com certeza vão, já que a não presença deles lá, implica na perda da vaga. Como no Centro Social os cursos não são obrigatórios, essa presença dos pais se torna menos constante.
- A dificuldade da assistente social em relação à instituição está no fator reconhecimento do trabalho do assistente social. Cada dia é dia de uma nova conquista, um trabalho de “formiguinha”.

- O trabalho da profissional assistente social é feito com uso de vários instrumentos: reuniões com a rede⁶, buscando uma maior aproximação; contatos telefônicos com os pais; visitas domiciliares, quando necessário; entrevistas sociais no período de matrículas; encaminhamentos; planejamento das atividades; sensibilização da instituição, diariamente, sempre buscando o fortalecimento do Serviço Social no Centro e a busca da identidade profissional.
- O Serviço Social na instituição trabalha na perspectiva de qualificar as relações dos atendidos, buscando o fortalecimento de vínculos, sua valorização e a participação ativa na sociedade.
- Alguns desafios são encontrados: aproximação maior com os professores; aproximação com as famílias; limitações e possibilidades da legislação e tipificação; atender as demandas da instituição.

A partir disso, surgiu a ideia do Projeto de Intervenção Dia da Família no Centro Social Marista Santa Marta. Foi pensado nessa possibilidade de intervenção pelo fato de o Centro Social já trabalhar com grupos, as crianças e os adolescentes e foi sentida a falta de ter um trabalho direcionado para as famílias desses.

Como são muitas turmas nos cursos do Centro Social, seria inviável trabalhar com todas as famílias, então se optou pelas famílias das crianças atendidas pelo Projeto Educando para a Cidadania. Esta escolha se deu pelo fato de a estagiária ter tido uma maior proximidade com essa turma e também por estas serem as que se encontravam em maior vulnerabilidade social.

Deste modo, o projeto de intervenção teve como objetivo a reflexão crítica no coletivo sobre necessidades trazidas pelos próprios participantes do grupo. Por meio de espaços coletivos esperava-se garantir a discussão a respeito de temas do interesse dos mesmos. Portanto, os encontros propostos na intervenção concretizaram alguns deveres do Serviço Social com o usuário estabelecido no art.5 do Código de Ética (CEFSS n 273/93).

A intervenção realizou-se com a intenção de:

⁶ A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação dentre todas estas unidades de provisão de proteção social sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade. (Brasil, 2005, p. 20)

[...] construir uma cultura pública democrática, em que a sociedade tenha um papel questionador, propositivo, por meio do qual se possa partilhar poder e dividir responsabilidade. O assistente social é tido como o profissional da participação, entendida como partilhamento de decisões, de poder. Pode impulsionar formas democráticas na gestão de política e programas, socializar informações, alargar os canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil (IAMAMOTO, 2006, p. 78).

Ao criar um espaço questionador e propositivo, foi possível, mediante a interação dos participantes, a exposição de opiniões e relatos de suas próprias experiências. Acredita-se que as transformações na sociedade ocorrem da participação, capacitando esses sujeitos e garantindo que sejam protagonistas de suas vidas.

3.2. Dia da Família no Centro Social Marista Santa Marta

Inicialmente se tinha a ideia de trabalhar com as famílias na perspectiva do empreendedorismo social, porém se teve um pouco de receio em como abordar a temática e optou-se por começar o trabalho por meio do trabalho social com famílias, pois se acredita que este é um modo de se chegar ao empreendedorismo social.

O projeto de intervenção “Dia da Família no Centro Social Marista Santa Marta” teve como objetivo contribuir com a aproximação das famílias dos educandos do Projeto Educando para a Cidadania do Centro Social Marista Santa Marta, com vistas a fortalecer a função protetiva da família, prevenindo a ruptura dos vínculos, sejam eles familiares ou comunitários.

A escolha de se trabalhar com as famílias dos atendidos do Educando para a Cidadania se deu pelo fato de ser uma das turmas mais vulneráveis do Centro Social e pela estagiária ter tido uma maior proximidade com as crianças. O Projeto Educando para a Cidadania atende crianças de 7 a 10 anos de idade, em turno inverso da escola. Este funciona como serviço de proteção social básica e é proporcionado aos educandos da escola que estão em situação de vulnerabilidade social. O projeto visa criar condições para a inserção, reinserção e permanência da criança na escola.

A ideia inicial era entrar em contato com essas famílias por meio das visitas domiciliares que são feitas todo início de ano pelos professores. Não foi possível. A outra alternativa foi a de chamá-los a participar do projeto no momento da matrícula. Também não foi possível. A forma encontrada de convidá-los foi mandando bilhetes (em anexo) pelos educandos.

A intervenção teve início com uma reunião de apresentação da proposta do trabalho para as famílias. Em um dia que teria uma reunião geral do CMID, marcamos a reunião do grupo para meia hora antes dessa. Assim, teve início às 18h30min. O tempo para explicar o objetivo do projeto foi de meia hora. Ao todo, dez pais ou responsáveis estiveram presentes, dentre eles oito mães/ responsáveis e dois pais.

Vale lembrar que eram atendidas quarenta e quatro crianças no projeto e que foram enviados convites para participar da reunião para o total dessas famílias, e apenas dez se fizeram presentes. Um número pequeno, mas que mesmo assim, superou as expectativas.

Nesse primeiro encontro foi explicado o objetivo do projeto e a forma como aconteceria, tal como, encontros quinzenais e com duração máxima de uma hora e meia. Ao serem questionados se estariam interessados em participar, todos levantaram as mãos. Passado este primeiro momento a estagiária teve certeza de que alguns poucos participariam das atividades do projeto.

Dessa forma, o próximo encontro ficou agendado para dali a quinze dias e bilhetes foram mandados um dia antes para lembrá-los da próxima atividade.

Como primeira proposta de atividade a estagiária realizou a dinâmica “Troque um Sonho por um Sonho” que oferecia sonhos de padaria (pão doce recheado) em troca de saber os sonhos das pessoas. Essa dinâmica teve como objetivo mostrar que sempre é possível sonhar e acreditar que as coisas podem melhorar, por mais difícil que sejam. Teve-se a finalidade de mostrar que juntos podemos sonhar e construir uma comunidade melhor.

Nesse dia, contou-se com a participação de quatro mães/ responsáveis. Inicialmente, elas se mostraram tímidas com a proposta, mas depois que a primeira falou as demais aceitaram participar da dinâmica. A proposta foi bem aceita e nas falas das participantes, deu para perceber que os sonhos estão diretamente ligados à família, sonhos ligados ao conseguir que seus filhos tenham uma vida melhor.

Nesse encontro, também aconteceu um momento onde os participantes do grupo puderam estar trazendo temas de seus interesses para que fossem ser trabalhados no decorrer

das atividades. O único tema comentado foi a questão da educação das crianças, como impor limites aos filhos.

Como tema para a segunda atividade com o grupo, foi trabalhado as novas configurações familiares, para tanto, foi levado um pequeno documentário “Família é”, para ser apresentado aos participantes. Nesse segundo dia de atividade, novamente estiveram presentes quatro pais/ responsáveis, nos quais, duas mães e dois pais. De forma geral a atividade teve a participação do grupo, onde todos puderam falar sobre como eram suas famílias.

Para o terceiro encontro, o tema a ser trabalhado era a questão de gênero, com a exibição de um documentário “Acorda Raimundo, acorda”. Era uma terça-feira fria e chuvosa e ninguém compareceu.

Depois disso, estava planejado mais um encontro, que não ocorreu. Houve certo desapontamento por parte da estagiária depois do último encontro e foi possível perceber a dificuldade que é de formar um grupo e de mobilizar as pessoas a participarem.

Para o encerramento das atividades do projeto teríamos uma palestra sobre saúde com a enfermeira do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS Oeste, porém, essa não ocorreu por que a palestrante teve um imprevisto no seu trabalho e não pode comparecer.

3.3. Produto e avaliação propositiva do processo de trabalho no estágio: limites e possibilidades

Apesar de ter acontecido dois encontros com sucesso, a proposta inicial do projeto de intervenção não obteve o êxito esperado. A ideia inicial era de que os próprios participantes trouxessem temas de seu interesse para serem discutidos, o que não aconteceu. Acabou ficando a cargo de a estagiária levar assuntos para discussão. O que de certa forma, atrapalhou o andamento do projeto, visto que, a estagiária julgava muito difícil levar temas prontos para serem discutidos, pois os mesmos poderiam não ser de interesse dos participantes do grupo.

Outra questão a ser salientada foi que em nenhum dos encontros se teve uma continuidade, em nenhum encontro foram os mesmos participantes, então em cada encontro era como se fosse o primeiro. Importante lembrar que se sabe da dificuldade em deixar suas

tarefas diárias para participar de um grupo ou então muitos trabalham. Ou ainda o tempo pode não colaborar. Por isso se faz necessário pensar em estratégias de mobilização social.

Inicialmente, a estagiária mostrava-se bastante empolgada com a intervenção e com algumas das atividades que já estavam pré-estabelecidas, como a dinâmica do sonho, dança circular, essas propostas mais inusitadas, porém, não obteve o retorno esperado, principalmente, devido à dificuldade de mobilização.

Contudo, ao se considerar que tal projeto de intervenção não obteve o sucesso esperado, mesmo assim, acredita-se que a mudança social pode partir de pequenos grupos, contribuindo assim, para pequenas microrrevoluções, que juntas causam uma grande mudança na sociedade. O que fica desta experiência com grupos, é pensar em formas de mobilização e participação, salientando a importância disso tudo.

Participação implica em mobilização. O desafio em trabalhar com famílias e comunidades mostrou-se em como mobilizar essas pessoas em torno de uma causa comum, que seja do interesse de todos. A mobilização social é a participação da sociedade, gerando benefícios coletivos⁷.

Necessário levar em consideração o pouco tempo de estágio, que torna inviável uma maior aproximação com os usuários, dificultando a conquista da confiança dos mesmos. E também que um projeto que tinha como finalidade causar uma transformação não tem como obter o resultado esperado em apenas três meses de intervenção.

Percebeu-se que trabalhar com grupos não é fácil e mobilizá-los para a participação é mais difícil ainda. Fica para reflexão alternativas de mobilização e participação desses usuários, como mostrar que a participação pode ajudá-los em problemas comuns e para, além disso, pode contribuir para o fortalecimento da autonomia tanto individual, familiar e comunitária.

O estágio curricular obrigatório se caracterizou em um processo de ensino e aprendizagem em um espaço sócio ocupacional oportuno para a vivência de experiências práticas do Serviço Social. Através do estágio foi possível refletir sobre a teoria e a prática nas ações realizadas na instituição.

A realização do estágio no Centro Social Marista Santa Marta contribuiu para a formação profissional da estagiária, principalmente por meio de confrontações entre as

⁷ <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/como-mobilizar-comunidades-em-torno-de-causas-comuns/>

experiências vivenciadas e o aprendizado acadêmico. E também proporcionou um contato com a realidade profissional, percebendo os limites da prática, os seus desafios; mas também as suas possibilidades, ambos importantes para um profissional que se quer propositivo, comprometido e fincado na realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim deste trabalho de conclusão de curso, cujo objetivo foi o de trazer a experiência teórico-prática vivenciada no período de estágio curricular obrigatório foi possível concluir que a prática profissional do assistente social deve estar sempre em constante renovação e aperfeiçoamento.

Ter famílias e o conjunto dessas famílias que formam uma comunidade como sujeitos de intervenção, como foco de trabalho, se faz um grande desafio, visto à diversidade de possibilidades de trabalho. Importante também considerar a grande dificuldade de mobilizar essas pessoas para a participação em grupos.

Neste trabalho foi abordada a questão do empreendedorismo social como uma nova possibilidade de intervenção profissional. Foi lançada essa ideia por se acreditar que somente juntos, unidos é possível alcançar uma transformação social considerável, onde cada pequena ação, somada com outra pequena ação, vai resultar em uma grande ação de transformação social.

Esta metodologia não chegou a ser trabalhada com o grupo de famílias, pois precisava-se de um tempo maior que o estágio não permitiu, porém, as atividades desenvolvidas ou pensadas, vinham ao encontro dessa nova abordagem. Como por exemplo, a dinâmica dos sonhos ou, então, a proposta da dança circular.

Acredita-se que se vive em um momento de grandes transformações e uma crise generalizada, onde o sistema capitalista não mais vai ter como se sustentar. O planeta está esgotando suas possibilidades, assim como as pessoas já estão buscando uma nova forma de viver.

Aqui, não se entrou em questão de capitalismo ou comunismo, ou então, direita ou esquerda, mas sim que precisamos pensar em uma nova forma de viver, e o que se buscou nesse trabalho, foi mostrar que pode ser possível sim, através da união, da colaboração, da empatia, dedicação e tempo, sonhar com um mundo melhor.

Pensa-se que um trabalho social com famílias, com a metodologia do empreendedorismo social, com vistas a lhes garantir autonomia, conhecimento para lutar pelos seus direitos e em comunidade se unir para cobrar esses direitos perante os governos, é uma nova forma de intervenção profissional, cabe ao assistente social se apropriar do tema e,

principalmente, que a academia nos traga mais assuntos sobre o mesmo, visto que é ainda pouco discutido.

O processo de estágio foi muito bom e proveitoso. Ter a oportunidade de estar em uma instituição tão comprometida com as manifestações da questão social e com projetos ao seu enfrentamento foi uma experiência ímpar. Conhecer uma realidade que está tão próxima e ao mesmo tempo tão distante, com certeza, ajudou a transformar a estagiária, em sua visão de homem e de mundo.

O Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria muito contribuiu para continuar a acreditar em sonhos e que um mundo melhor, mais justo e igualitário é sim possível. E se o assistente social, um dia, deixar de acreditar nisso, então, essa profissão deixa de fazer sentido.

Como perspectiva profissional, o que fica é o desejo de ter um emprego estável e que possibilite trabalhar e lutar por essas microrrevoluções e transformações, sem esquecer os sonhos, que podem sim, se tornar realidade, ainda mais quando se sonha junto. E, mais adiante, continuar estudando, fazendo um mestrado para entender melhor o empreendedorismo social.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller, (organizadoras). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 4ª ed. – São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2008.

ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena B. K. **Será que atirei pedra na cruz?: pobreza e identidade em tensão**. Textos e Contextos (Porto Alegre), v.11, n.2, p. 292-300, ago-dez. 2012.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Retomando a Temática da “Sistematização da Prática” em Serviço Social**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.

AMARAL, CCG. **Família às Avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes**. Ed. UFC, Fortaleza. 2001.

ASHOKA **Empreendedores Sociais**. Disponibiliza informações sobre o programa de empreendedorismo social da Ashoka. Disponível em <<http://www.ashoka.org.br>>. Acesso em: 04/11/2012.

BELLINI, Maria Isabel Barros. **A família como metáfora da fraternidade**. Revista Virtual Textos e Contextos. Nº 1, ano I, Nov. 2002.

BRASIL. **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. **Sistema Único de Assistência Social - SUAS Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

Blog Marista Centro Social Santa Marta - <<http://socialmarista.org.br/centro-social/marista-santa-marta>>

Blog Marista Unidades Sociais - <<http://socialmarista.org.br/centro-social>>

CFESS. **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social**. 9 ed. revisado e atualizado. Brasília: CFESS, 2011

CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira**. Ser Social 12

CASTRO, Marina Monteiro de Castro. **Políticas Sociais e Famílias**. Revista do Programa de Pós Graduação em serviço Social. Libertas, Juiz de Fora, v.8, n.2, p.111 – 128, jul-dez / 2008 – ISSN 1980-8518

COSTA, Livia Fialho da. **Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos.** In.: NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs. *Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 400 p. ISBN 978-85-232-0565-2.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** 4.ed. São Paulo: RT, 2007.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs.** Textos e Contextos (Porto Alegre), v.9, n.1, p. 66-76, jan/jun. 2010.

DOLABELA, F. **Teoria Empreendedora de Sonhos.** São Paulo: Cultura, 1999.

DRUKER, Peter. **Inovação e Espírito Empreendedor: entrepreneurship, práticas e princípios.** São Paulo: Pioneira, 1996.

_____. **Administrando em Tempos de Grandes Mudanças.** Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=iDKI52WkGWYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false> acessado em 25/06/2012.

FONSECA, M. T. N. M. **Famílias e Políticas Públicas: Subsídios para a formulação e gestão das políticas com e para famílias.** Pesquisas e Práticas Psicossociais, v.1, n.2, São João del Rei, dez. 2006.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (organizadoras). **Serviço Social: temas, textos e contextos – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.**

FRAGA, Cristina. K. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social.** Serviço Social & Sociedade, v. 101, p. 40-64, 2010.

FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. **A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar.** Psicologia em Estudo, Maringá, v,8, num. esp., p. 31-38, 2003.

GOMES, M. A. & PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas.** Ciência e Saúde Coletiva, 10 (2): 357-363, 2005.

GONÇALVES-DIAS, S.L.F; RODRIGUES, A.L.; HERRERA, C.B. **O Social e o Econômico: a contribuição da Nova Sociologia Econômica.** 2012

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social.** Este artigo, publicado originalmente nos Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, em 2000, foi revisado e atualizado. Ele serviu como base para a palestra ministrada no Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, BH, maio, 2007, promovido pelo CRESS-6ª. Reg

GRISI, Fernando C. **Empreendedorismo Social: uma pesquisa exploratória de ações de disseminação no Brasil.** São Paulo, 2008.

IAMAMOTTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <<http://www.ibge.gov.br/>>

KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994.

LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. **Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 59-77, abr. 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. **A família**. In: SHAPIRO, H. L. *Homem, cultura e sociedade*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1956.

MARTINELLI, M.L. e KOUMROUYAN, E. **Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em serviço social**. Serviço Social e Sociedade nº 45, ano XV. Cortez: São Paulo, 1994.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais**. Revista Virtual Textos e Contextos. Nº 3, ano III, dez. 2004.

_____; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo**. Revista Textos e Contextos Porto Alegre v. 8 n. 1 p. 22-48. Jan./ Jun. 2009.

Material Didático Quem se Importa. Disponibiliza informações sobre o filme/documentário Quem se Importa. Disponível em <http://www.quemseimporta.com.br/>. Acesso em 22/09/2012.

MELO NETO, Francisco de Paula de, FROES, Cesar. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro – da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

_____. **Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MENEZES, Robert K. **Destruição criativa - a contribuição de Schumpeter para o empreendedorismo**. Disponível em <http://www.cdvs.org.br/oktiva.net/1029/nota/450/>.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

NETTO, José P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e serviço social: módulo 1. Brasília, Cead/UnB/CFESS/Abepss, 1999. p. 91-110.

OLIVEIRA, E. M. **Empreendedorismo Social no Brasil: Atual Configuração, Perspectivas e Desafios** – Notas Introdutórias. Rev. FAE, Curitiba, v.7, n.2, p.9-18, jul./dez. 2004.

_____. **Empreendedorismo social e serviço social – da teoria à prática, do sonho à realidade: a proposta do casulo sócio-tecnológico.** <www.ts.ucr.ac.cr>

_____. **Empreendedorismo social, combate à pobreza e desafios para geração de emancipação social no Brasil.**

OLIVEIRA, NHD. **Recomeçar: família, filhos e desafios** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5.

PARENTE, Cristina; COSTA, Daniel; SANTOS, Mônica; CHAVES, Rosário Rito. **Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição.** XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho, Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização. Lisboa, 26 e 27 de maio de 2011.

Projeto Político Pedagógico: Centros Sociais/ organização de Julieta Beatriz Ramos Desaulniers. – Porto Alegre: CMC, 2011.

REIS, Carlos Nelson dos; PESTANO, Cíntia Ribes. **A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas.** Revista Virtual Textos e Contextos. Nº 5, ano V, nov. 2006.

Relatório de Atividades – Centro Social Marista Santa Marta. 2013

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **A centralidade da família na política de assistência social.** An. 1 Congr. Intern. Pedagogia Social. Mar. 2006.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SARTI, Cyntia A. **A família como espelho – um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas, Autores Associados, 1996.

_____. *Famílias enredadas.* In: **Família: redes, laços e políticas públicas.** 4ª ed. – São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2008.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Um novo fazer profissional.** In: Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 04. Brasília: NED/Cead, Universidade de Brasília — UnB, 1999. p. 111-124.

SILVA, P. C. R. **Práticas Sustentáveis de Empreendedorismo Social.** Disponível em <http://www.craes.org.br/arquivo/artigoTecnico/Artigos_Praticas_sustentaveis_de_empreendedorismo.pdf> acessado em 29/04/2012>

SILVA ET AL. **Trabalho socioeducativo com famílias em situação de vulnerabilidade: Uma perspectiva interdisciplinar.** Integração. Jul./Ago./Set. 2004. ANO X, Nº 38. 285-289.

SILVEIRA, Juliane. **A participação política no território ocupado: uma perspectiva ao desenvolvimento.** 2010

SPOSATI, Aldaíza. *Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. Conceção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. São Paulo: MDS/UNESCO, 2009.

STAMM, Maristela; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Família e cuidado**: uma leitura para além do óbvio. *Ciência, Cuidado e Saúde*. Maringá, v.2, n.2, p. 161-168, jul/dez 2003.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social**: elementos para sua construção em bases críticas. *Serv. Soc. Ver.*, Londrina, v. 13, N.1, p. 4 – 23, Jul/Dez. 2010.

YASBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social** in *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009, p. 143-164.